

RESUMO - MESTRADO - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - TURMA 1

**VIOLÊNCIA SEXUAL E DIREITOS DAS MULHERES: CONHECIMENTO DA  
EQUIPE MÉDICA NA BAIXADA FLUMINENSE**

*Andrea Vieira Zanetti (avzanetti75@gmail.com)*

*Laryssa Maia Costa (maialary21@gmail.com)*

*Elisa Pereira Figueiredo (elisapereirafigueiredo@yahoo.com.br)*

*Millena Carolina Castelo (milena.mimica@gmail.com)*

*Tereza Cristina Lobato Silva (tereza\_favacho@outlook.com)*

*Clara Rodrigues Fernandes Da Silva (clararodrigues2018@gmail.com)*

*Luciana Armada Dias (luadiaz@hotmail.com)*

*Adalgiza Mafra Moreno (adalgizamoreno@hotmail.com)*

Introdução: A violência sexual é uma das formas mais brutais de violação dos direitos humanos, e tem consequências profundas e duradouras para as vítimas, afetando não apenas sua integridade física, mas também seu bem-estar emocional e psicológico. O conhecimento e a aplicação correta dos protocolos de atendimento por profissionais de saúde são cruciais para um acolhimento adequado e para evitar a revitimização. Objetivo: Avaliar o nível de conhecimento da equipe médica da Baixada Fluminense sobre o atendimento

às vítimas de violência sexual, especialmente nas primeiras 72 horas pós-ocorrência, com base nas diretrizes legais e protocolos assistenciais vigentes.

**Material e Métodos:** Esse é um estudo quantitativo, transversal e descritivo, que avalia médicos de diferentes especialidades da Baixada Fluminense que assinaram o TCLE. Os dados foram coletados via questionário estruturado (19 múltipla escolha, 2 abertas). **Resultados:** Dos 51 médicos entrevistados, a maioria tinha mais de 40 anos (74%), era do sexo masculino (53%) e possuía mais de 10 anos de formação (71%). Embora 63% relatem ter atendido casos de violência sexual e afirmem conhecer os protocolos, 75% não receberam treinamento específico na graduação. Apenas 37% dos profissionais sabiam os medicamentos profiláticos corretos, e 39% desconheciam o prazo ideal para o atendimento eficaz. Cerca de 49% afirmaram desconhecer ou não ter hospitais especializados em VVS em suas cidades. Quanto aos direitos das pacientes, 51% acreditavam erroneamente que a interrupção legal da gravidez após estupro exige autorização judicial e um limite de 20 semanas, enquanto somente 37% conheciam a normativa correta (sem autorização judicial, em qualquer fase da gestação). Além disso, 71% desconheciam os documentos necessários para o procedimento e 59% não sabiam o que significa objeção de consciência. Um dado alarmante é que 86% dos profissionais não sabiam como conduzir a coleta de evidências forenses. Embora todos reconheçam a necessidade de uma equipe interdisciplinar nas primeiras 72 horas, a falta de clareza sobre os serviços de referência é evidente. A pesquisa também revelou uma alta demanda por capacitação, com 90% dos participantes expressando o desejo de ter acesso a orientações contínuas sobre o tema.

**Conclusão:** Os resultados preliminares revelam que, apesar da experiência e reconhecimento da importância interdisciplinar, há lacunas significativas no conhecimento técnico, jurídico e ético dos profissionais entrevistados. A falta de treinamento específico compromete a aplicação de protocolos, afetando áreas como medicamentos profiláticos, serviços de referência, direitos reprodutivos e coleta forense. A alta demanda por capacitação sublinha a necessidade urgente de estratégias educativas contínuas e multimodais para qualificar a assistência. Estes achados são preliminares e orientarão futuras intervenções educativas, visando um atendimento humanizado e eficaz às vítimas de violência sexual.

Palavras-chave: 1 abuso sexual; 2 mulheres; 3 capacitação profissional.